

NUNO PIÇARRA

CURRICULUM VITAE

LISBOA

Fevereiro de 2014

PLANO

I. DADOS PESSOAIS

II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

III. ACTIVIDADE UNIVERSITÁRIA

1. **Docência**
2. **Participação em júris académicos**
 - A) *Como arguente*
 - B) *Como vogal*
3. **Participação em júris de outra natureza**
4. **Orientação de dissertações**
 - A) *Doutoramento*
 - B) *Pós-doutoramento*
 - C) *Mestrado*
 - D) *Pós-graduação*
5. **Cargos, funções e tarefas de gestão universitária**

IV. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E REDES JURÍDICO-CIENTÍFICAS

V. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE I&D

VI. PARECERES E RELATÓRIOS

VII. PUBLICAÇÕES

1. **Teses**
2. **Livros**
3. **Capítulos de livros**
4. **Artigos em revistas internacionais**
5. **Artigos em revistas nacionais**
6. **Comunicações em actas de encontros científicos**

VIII. PARTICIPAÇÃO EM COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, CURSOS E SEMINÁRIOS

1. **Como orador**
2. **Como comentador**
3. **Como moderador**
4. **Como (co)organizador/(co)coordenador**

IX. ATIVIDADE EXTRA-UNIVERSITÁRIA

I. DADOS PESSOAIS

Nuno José Cardoso da Silva **Piçarra**

Local e data de nascimento: Sintra, 27 de Abril de 1957

Residência: Lisboa

Tel.: 213 847 400

E-mail: nunopicarra@fd.unl.pt

II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 5 de novembro de 1980, com média final de 16 valores;
- Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa em 11 de março de 1986, com uma dissertação no domínio do Direito Constitucional classificada com Muito Bom (18 valores), por unanimidade;
- Doutor em Direito pela Universidade Nova de Lisboa em 9 de outubro de 2003, com uma dissertação no domínio do Direito Constitucional, aprovada com Distinção e Louvor, por unanimidade.

III. ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA

1. Docência

- Professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa desde 19 de dezembro de 2008, com regência das cadeiras de Direito da União Europeia, Direito Comunitário Especial (Direito do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça), Justiça e Integração Europeia e Direito do Urbanismo, no 1.º e no 2.º ciclo de estudos, e, no 3.º ciclo, Direito Público (A Europeização do Direito dos Estrangeiros) e Direito Europeu (Constitucionalismo para além do Estado. O caso da União Europeia);
- Professor associado do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de nos anos letivos de 2006/2007 a 2009/2010, regendo a cadeira de Direito Comunitário e das Organizações Internacionais;
- Professor convidado do Centro de Estudos Judiciários nos anos letivos de 2004/2005 a 2009/2010, regendo a disciplina de Direito Europeu e Internacional no âmbito do Curso de Auditores de Justiça;
- Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa de 10 de outubro de 2003 a 18 de dezembro de 2008, regendo as cadeiras de Direito Comunitário I/Direito da União Europeia (também na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL), Direito Comunitário II/Direito Comunitário Especial (Direito do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça) e Direito do Urbanismo no curso de licenciatura, a cadeira de Direito Constitucional no VII Programa de Doutoramento e Mestrado,

subordinada ao tema “A Europeização do Direito Constitucional Português” (2006/2007) e a cadeira de Direito Público subordinada ao tema “O Novo Direito da Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos” nos programas de doutoramento iniciados nos anos letivos de 2008/2009;

- Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa de 1 de outubro de 1997 a 9 de outubro de 2003, colaborando na cadeira de Direito Constitucional e regendo, nos anos letivos de 2001/2002 e 2002/2003 a cadeira de Direito Comunitário II e no ano letivo de 2002/2003 as cadeiras de Sistemas Jurídicos Comparados e Direito do Urbanismo;

- Professor convidado (*Lehrbeauftragter*) no Instituto de Estudos Europeus (Departamento de Direito) da Universidade do Sarre, Alemanha, onde regeu a cadeira de Introdução ao Direito Português, no âmbito de sucessivos programas de mestrado nos anos lectivos de 1986/1987 a 1995/1996;

- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com atividade docente na cadeira de Direito Constitucional, de 12 de março a 30 de setembro de 1986;

- Assistente estagiário na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, secção de Ciências Jurídico-Políticas, com atividade docente nas cadeiras de Direito Penal, Ciência Política e Direito Administrativo nos anos letivos de 1980/1981 a 1985/1986;

- Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na cadeira de Direito Administrativo no ano letivo de 1979/1980.

2. Participação em júris académicos

A) Como arguente

Provas finais de Doutoramento

- Marisa Simões Escrevente Apolinário, *O Estado Regulador: o novo papel do Estado. Análise da perspetiva da evolução recente do Direito Administrativo. O exemplo do setor da energia*, em 18 de março de 2014 na Faculdade de Direito da UNL;

- Vera Cordeiro Pereira de Sousa Eiró, *A obrigação de indemnizar das entidades adjudicantes. Fundamento e pressupostos*, em 9 de fevereiro de 2012 na Faculdade de Direito da UNL;

Provas finais de Mestrado

29) Sónia Cristina Carvalho Rodrigues, *Aplicação do Princípio da Igualdade na Legislação Experimental em Portugal*, em 24 de fevereiro de 2014 na Faculdade de Direito da UNL;

28) Rita Andreia dos Santos Ângelo, *A participação do Estado português nas empresas privadas*, em 1 de outubro de 2012 na Faculdade de Direito da UNL;

27) João Lima Cluny, *O recurso de revisão fundado em sentença de tribunal internacional vinculativa para o Estado português – em particular, a sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*, em 27 de setembro de 2012 na Faculdade de Direito da UNL;

26) Patrícia Ramos Santos, *A protecção europeia do princípio da não discriminação em função da orientação sexual*, em 21 de julho de 2010 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

25) Maria da Graça de Jesus Cunha dos Santos Gordo, *O Direito Internacional do Ambiente no início do século XXI*, em 21 de abril de 2010, no Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

24) Rodrigo dos Santos Masset Lacombe, *A natureza jurídica dos comentários à Convenção Modelo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE e seus efeitos*, em 26 de outubro de 2009, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

23) Márcia Constantino Gonçalves, *O princípio do non-refoulement*, em 23 de setembro de 2009, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

22) Manuel Fernandes Borlido da Rocha, *A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista*, em 24 de abril de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

21) Raquel Oliveira de Sousa Capitão, *Aplicação da cláusula de não discriminação à livre circulação de capitais em relações entre Estados-Membros e Terceiros Estados*, em 25 de março de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

20) Rodrigo de Almeida Leite, *O Princípio da Tutela Judicial Efectiva e o Controlo da Legalidade no Ordenamento Comunitário*, em 6 de outubro de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

19) Alessandra Lopes da Silva, *Restrições a Direitos Fundamentais: uma abordagem crítica sobre as restrições decorrentes de situações especiais*, em 16 de Setembro de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

18) Laís Locatelli, *O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais sob a questão do deficit democrático na União Europeia*, em 21 de julho de 2008, no Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

17) Marcos Antônio dos Santos Góis, *Da Liberdade de Circulação do Advogado na União Europeia*, em 15 de Julho de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

16) Nuno Ricardo Pereira Branco, *O Efeito Aditivo da Declaração de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral*, em 4 de março de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

15) Miguel Prata Roque, *O Espaço Administrativo Europeu*, em 15 de novembro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

14) Carlota Furtado Carvalho Sales Luís, *Turquia e a UE, um Nó Górdio?*, em 11 de outubro de 2007, no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa;

13) Maria das Mercês Mendonça Covas, *O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. A participação portuguesa na política europeia de justiça e assuntos internos*, em 11 de outubro de 2007, no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa;

12) Sara Alexandra Brandão Fernandes, *A Noção de 'Órgão Jurisdicional Nacional' para efeitos do Processo de Questões Prejudiciais à luz da Jurisprudência Comunitária*, em 27 de abril de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

11) Raquel Maria Mayone Resende, *O Respeito da Vida Privada e Familiar pela Imprensa na Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, em 13 de fevereiro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

10) António dos Santos Almeida, *Reserva (Constitucional) de Jurisdição. Os Meios de Resolução Alternativa de Litígios perante a Reserva de Jurisdição*, em 26 de janeiro de 2006, no Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

9) Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da Cunha, *À Descoberta da Europa. A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*, em 26 de outubro de 2006, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

8) Yuri Carajescov, *Comissões Parlamentares de Inquérito em Portugal e no Brasil*, em 13 de setembro de 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

7) Kleber Couto Pinto, *O Ministério Público e os Sistemas de Protecção ao Meio Ambiente*, em 16 de novembro de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

6) Luís Manuel de Oliveira Pimentel, *A Restrição de Direitos aos Militares das Forças Armadas*, em 22 de setembro de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

5) Roberta Nylander Ohashi, *A Questão do Estrangeiro e a Nacionalidade Originária como Direito Fundamental na Constituição Federal de 1988: uma Análise a partir do Princípio da Igualdade*, em 15 de setembro de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

4) Maria Manuela de Oliveira Martins, *Contributo para a Compreensão da Figura das Garantias Institucionais*, em 24 de janeiro de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;

3) Paulo Jorge Teixeira da Veiga e Moura, *A Privatização da Função Pública*, em 6 de julho de 2004, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

2) Ricardo Alexandre de Oliveira Ciríaco, *O Desaparecimento Forçado de Pessoas e o Sistema Interamericano de Protecção dos Direitos do Homem: Estruturação e a Prática Brasileira*, em 10 de maio de 2004, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1) Rita Viegas Lourenço Ramalho, *O Contrato de Subempreitada de Obras Públicas*, em 23 de março de 2004, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Projectos de teses de doutoramento

2) José Paulo Ribeiro de Albuquerque, *Euro-harmonização do direito penal no espaço da UE e no quadro do Tratado de Lisboa – a praxis judicial europeia como via de igualdade e de direito penal sinónimo*, em 5 de abril de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;

1) Teresa Maria da Silva Bravo, *A dimensão garantística e processual do ne bis in idem na União Europeia*, em 25 de janeiro de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;

B) Como vogal

Provas finais de Doutoramento

- José Júnior Florentino dos Santos Mendonça, *Acesso Equitativo ao Direito e à Justiça. A revelação jurisprudencial de um direito fundamental*, em 18 de fevereiro de 2014, na Faculdade de Direito da UNL;

- Francisco Pereira Coutinho, *Os Tribunais Nacionais na Ordem Jurídica Comunitária: o caso português*, em 17 de dezembro de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

- José Manuel Matos Pereira, *Cidadania Electrónica. Formas Emergentes de Regulação*, em 12 de julho de 2005, no Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa.

Provas finais de Doutorado

- Clarissa Sampaio Silva, *A Reconstrução das Relações Especiais de Sujeição: Vinculação aos Direitos Fundamentais. O Caso dos Agentes Públicos*, em 28 de fevereiro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Provas finais de Mestrado

- 24) Carlota Sofia Carvalho Faria de Pina Manique, *Contratação de instrumentos financeiros em plataformas de negociação eletrónica*, em 6 de janeiro de 2014, na Faculdade de Direito da UNL;
- 23) Teresa Horgan Ulrich, *Análise dos requisitos legais para a elaboração de uma diretiva antecipada de vontade sob a forma de testamento vital*, em 17 de julho de 2013, na Faculdade de Direito da UNL;
- 22) Sofia de Sousa Rodrigues, *Patentes de células estaminais embrionárias humanas à luz da decisão C-34/10 do Tribunal de Justiça da União Europeia – Oliver Brüstle vs. Greenpeace*, em 27 de junho de 2013 na Faculdade de Direito da UNL;
- 21) Luís de Lemos Triunfante, *A Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia de 29 de maio de 2000 – Modus applicationis na Península Ibérica*, em 20 de setembro de 2012, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa;
- 20) Jonas Gentil da Cruz, *Mandado de detenção europeu – a questão da nacionalidade e residência para efeitos de execução*, em 16 de março de 2012 na Faculdade de Direito da UNL;
- 19) Marta Sofia Machado de Almeida, *O IVA nas indemnizações*, em 9 de dezembro de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;
- 18) Francisco José Serra Biosa e Gala, *A política energética da União Europeia: quadro normativo e actuação dos Estados-Membros*, em 21 de novembro de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;
- 17) Joana Pereira da Graça de Sá Alcântara, *A responsabilidade de proteger e a possibilidade de uso da força sem a autorização do Conselho de Segurança*, em 22 de julho de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;
- 16) Kássia Zinato Santos Machado, *A viabilidade da utilização dos mecanismos de perequação compensatória do sistema jurídico português como instrumentos de política urbana no Brasil*, em 8 de junho de 2011, na Faculdade de Direito da UNL;
- 15) Ricardo Jorge Bragança de Matos, *Mandado de Detenção Europeu e Dupla Incriminação*, em 25 de fevereiro de 2011 na Faculdade de Direito da UNL;
- 14) Tiago Alcoforado Calhau, *Os pressupostos da responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes da liquidação ilegal de imposto*, em 14 de outubro de 2010, na Faculdade de Direito da UNL;
- 13) Vera Ritta Branco de Sampaio, *A Autorização de Residência para Exercício de Actividade Profissional Subordinada por Nacionais de Estados Terceiros*, em 2 de julho de 2010, na Faculdade de Direito da UNL;

12) Artemiza Imarilde Vieira Almada e Santos, *Comercialização de Licenças Administrativas. Da transmissibilidade isolada do direito à construção por negócio jurídico entre privados*, em 21 de dezembro de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

11) Ricardo Correia Martins, *O Princípio da Efectividade do Direito da União Europeia como Limite à Autonomia Processual dos Estados-Membros*, em 23 de outubro de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

10) Margarete Ramos da Mota Couto, *O mandado de detenção europeu de Bruxelas a Lisboa*, em 31 de julho de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

9) Sofia Thibaut Fezas Vital Trocado, *A livre prestação de serviços no sector bancário*, em 2 de junho de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

8) Maximiano Vaz Alves, *A Criminalidade Organizada, o Terrorismo e os Direitos Fundamentais*, em 30 de abril de 2009, na Faculdade de Direito da UNL;

7) Mariana de Sousa e Alvim, *A Tutela Judicial Provisória dos Particulares no Âmbito do Direito Comunitário: em busca do Direito Fundamental a uma Tutela Judicial Efectiva*, em 26 de junho de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

6) Ana Isabel de Bettencourt Furtado Roçadas Ramalho, *Conceito de Defesa Nacional no Estado Português – da Constituição a uma Nova Realidade*, em 20 de junho de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

5) Carla Cristina Martins Pica, *A Função Pública Militar. A perspectiva constitucional e administrativa. Sustentabilidade do conceito*, em 5 de junho de 2007, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

4) Valéria Soares Barbosa Ferraz, *Influências da Globalização no Conceito de Sistemas de Direito: podemos falar que já existe um terceiro sistema?*, em 22 de maio de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

3) José Pereira da Costa, *A Vinculação do Estado aos Direitos Fundamentais*, em 12 de maio de 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2) Sérgio Bruno Saraiva Duarte Cerveira Direito, *A Figura do Advogado-Geral no Contencioso Comunitário*, em 20 de fevereiro de 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1) Rita Leandro Vasconcelos, *O Controlo Comunitário das Concentrações de Empresas no Sector da Electricidade*, em 22 de junho de 2004, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3. Participação em júris de outra natureza

- Júri do concurso documental internacional para recrutamento de professor auxiliar do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, aberto pelo Edital n.º 11/2014, *DR*, 2.ª série, n.º4, de 7 de janeiro de 2014.
- Júri do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, em junho/julho de 2013;
- Júri do Moot European Parliament organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 30 de abril de 2013 na Sala do Senado da Assembleia da República;
- Juiz do European Law Moot Court Competition, Braga Regional Final, em 16 a 18 de fevereiro de 2012, na Escola de Direito da Universidade do Minho e no Tribunal da Relação de Guimarães;
- Júri do concurso interno para provimento de um posto de trabalho de professor auxiliar da área científica de Ciência Política e Direito Constitucional do mapa de pessoal civil do exército, para o grupo disciplinar de Ciência Jurídica do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Academia Militar, outubro de 2011;
- Júri do concurso documental para provimento de dois lugares de professor auxiliar na área disciplinar de direito do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em julho de 2011;
- Júri do XXVI Concurso de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários em junho de 2007;
- Júri do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, Ministério dos Negócios Estrangeiros, em setembro de 2006;
- Júri do XXI Concurso de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários em junho de 2002.

4. Orientação de dissertações

A) Doutoramento

- Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, “A tutela jurisdicional efetiva dos direitos fundamentais e os seus obstáculos”, a apresentar na Faculdade de Direito da UNL;
- Joana Amaral Cabouco Rodrigues, “O Direito Penal Europeu e a Dupla Subsidiariedade: a compatibilidade com o paradigma da proteção subsidiária de bens jurídicos e os limites da competência penal da União Europeia”, a apresentar na Faculdade de Direito da UNL;
- Ana Rita Gil Machado, “O Direito Fundamental do Estrangeiro ao Reagrupamento Familiar”, a apresentar na Faculdade de Direito da UNL;

- José Júnior Florentino dos Santos Mendonça, “Acesso Equitativo ao Direito e à Justiça. A Revelação Jurisprudencial de um Direito Fundamental”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 18 de fevereiro de 2014;

- Maurício Ferreira Cunha, “O Direito Probatório na Constituição Brasileira e na Portuguesa”, apresentado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, apreciado em provas públicas nesta universidade em 3 de maio de 2013;

- Alfredo dos Santos Soares, “Los desplazados internos en el sistema internacional de protección: problemas y desafíos desde la «Responsabilidad de Proteger»” (com Cristina Gortázar, da Pontifícia Universidad Comillas, Madrid), apreciada em provas públicas nesta última universidade em 7 de setembro de 2012;

- Francisco Pereira Coutinho, “Os Tribunais Nacionais na Ordem Jurídica Comunitária. O Caso Português”, apreciada em provas públicas em 17 de dezembro de 2009 na Faculdade de Direito da UNL em 2009;

B) Pós-doutoramento

- Maria Fernanda Fernandes, “O Discurso Político Europeu na Ratificação do Tratado de Lisboa: um estudo comparativo”, a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais) da UNL;

- Fernando Horta Tavares, “O controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade no direito comunitário: implicações constitucionais e processuais. Reflexos no Mercosul e Alca”, apresentado na Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2008.

C) Mestrado

14) Ana Filipa Gaspar Pires, “A União Europeia face à imigração clandestina”, apresentada ao Instituto de Estudos Europeus da UCP em 2013;

13) Francisco de Sousa Vieira Filho, “A dimensão ontológica da dignidade da pessoa humana no contexto do Estado democrático de direito”, apresentada ao Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa em 2012;

12) Luís de Lemos Triunfante, “A Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia de 29 de maio de 2000 – *Modus applicationis* na Península Ibérica”, apreciada em provas públicas no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa em 20 de setembro de 2012;

11) Jonas Gentil da Cruz, “O mandado de detenção europeu – a questão da nacionalidade e residência para efeitos de execução”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 16 de março de 2012;

10) Kassia Zinato Santos Machado, “A viabilidade de utilização dos mecanismos de perequação compensatória do sistema jurídico português como instrumentos de política urbana no Brasil”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 8 de junho de 2011;

9) Ricardo Jorge Bragança de Matos, “O mandado de detenção europeu e a dupla incriminação: legalidade e territorialidade no espaço de liberdade, segurança e justiça”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 24 de fevereiro de 2011;

8) Vera Ritta Branco de Sampaio, “A autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada por nacionais de Estados terceiros – o regime excecional previsto no artigo 88.º, n.º 2, da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 2 de julho de 2010;

7) Ricardo Correia Martins, “O princípio da efectividade do direito da União Europeia como limite à autonomia processual dos Estados-Membros”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 23 de outubro de 2009;

6) Albino Quaresma Tavares, “As relações entre liberdade e segurança no combate ao terrorismo internacional”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 1 de junho de 2009;

5) Maximiano Vaz Alves, “A criminalidade organizada, o terrorismo e os direitos fundamentais”, apreciada em provas públicas na Faculdade de Direito da UNL em 30 de abril de 2009;

4) Stephanie Dufner, “Women in European Asylum Law. A legal and policy analysis”, apresentada no âmbito do European Master’s Degree in Human Rights and Democratisation, Veneza, em 2009;

3) Anke Dorothea Junghänel, “Neue Tendenzen des einstweiligen Rechtsschutz am Gericht Erster Instanz der Europäischen Gemeinschaften”, apresentada no Instituto de Estudos Europeus (Departamento de Direito) da Universidade do Sarre em 1994;

2) Benjamin Alberola Mulet, “Die Erzeugergemeinschaften in der gemeinsamen Marktorganisation für frisches Obst und Gemüse”, apresentada no Instituto de Estudos Europeus (Departamento de Direito) da Universidade do Sarre em 1992;

1) Etienne Bassot, “Staatszielbestimmung “Umweltsschutz” im deutschen, französischen und portugiesischen Recht” apresentada no Instituto de Estudos Europeus (Departamento de Direito) da Universidade do Sarre em 1991;

D) Pós Graduação

- Graça Araújo Fonseca, “O Estado Providência e a Integração Europeia – Erosão e Conformação” apresentada no âmbito do I Curso de Política Externa Nacional de Ministério dos Negócios Estrangeiros em Setembro de 2006;

- Taciano Correia, “A Evolução da Política de Imigração em Portugal” apresentada na Faculdade de Direito da UNL em Setembro de 2006.

5. Cargos, funções e tarefas de gestão universitária

- Diretor da *Themis – Revista da Faculdade de Direito da UNL*, desde 7 de fevereiro de 2013;

- Presidente da direção da Jurisnova, associação com objetivos científicos e pedagógicos, sem fins lucrativos e de natureza privada, da Faculdade de Direito da UNL, desde 15 de fevereiro de 2012;

- Coordenador do intercâmbio universitário entre a FDUNL e as congéneres brasileiras desde 1 de janeiro de 2011;

- Membro do Conselho Pedagógico da FDUNL, de 1 de fevereiro de 2009 a 12 de março de 2013;

- Coordenador do primeiro ciclo de estudos do Curso de Direito por designação do Director da FDUNL entre 1 de junho de 2007 e 30 de março de 2012;

- Vogal do Conselho Directivo e do Conselho Administrativo da FDUNL por designação do Conselho Científico desde 7 de março de 2007;

- Membro da Assembleia de Representantes da FDUNL e da Assembleia da Universidade de 2 de novembro de 1999 até final de 2003 e desde 30 de janeiro de 2006;

- Vogal do Conselho Pedagógico da FDUNL entre 14 de março de 2002 e 4 de novembro de 2002, entre 14 de outubro de 2004 e 30 de janeiro de 2006 e a partir de setembro de 2009;

- Vogal da Assembleia e da Secção Disciplinar do Senado da UNL de janeiro de 2003 a janeiro de 2007;

- Professor bibliotecário da FDUNL de novembro de 2003 a julho de 2007;

- Membro da Assembleia de Representantes Constituinte que aprovou os Estatutos da Faculdade de Direito da UNL em 22 de maio de 1999.

IV. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E REDES JURÍDICO-CIENTÍFICAS

- Associação Luso-Alemã de Juristas (co-fundador);

- Associação Portuguesa de Direito Constitucional;

- Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da UNL;
- Comité internacional de peritos do Projecto Securint sobre a *Governance* da União Europeia no domínio da segurança interna, coordenado pela Universidade Robert Schuman de Estrasburgo;
- Rede Académica Odysseus de Estudos Jurídicos sobre a Imigração e o Asilo na Europa, coordenada pela Universidade Livre de Bruxelas;
- Rede relativa à Livre Circulação de Trabalhadores na União Europeia, coordenada pela Universidade de Neijmegen, Holanda;
- Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Portuguesa de Direito Europeu;
- Rede de Peritos sobre Mobilidade intra União Europeia – Liberdade de Circulação de Trabalhadores e Coordenação da Segurança Social (FreSsco), financiada pela Comissão Europeia e coordenada pelo International Research Institute on Social Fraud da Universidade de Gand, Bélgica;

V. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE I&D

A) Como investigador principal

- Projeto “Check the Transposition by the EU Member States of the Ten Directives in the Fields of Immigration and Asylum Law”, financiado Comissão Europeia e coordenado pela Rede Odysseus de Estudos Jurídicos sobre a Imigração e o Asilo na Europa, 2006-2007;

B) Como membro de equipa

- Projeto *Protecting Privacy and Personal Data in a Post-Charter Europe – PROTECT*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido pelo DINÂMIA-CET do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e pela Faculdade de Direito da UNL, 2011-2012;
- Projeto *Study on the requirements specific to minors, travelling alone or accompanied, legally entering or leaving the Member States/associated countries – Case study phase*, financiado pela Comissão Europeia e coordenado pela Ramboll/Eurasylum consortium, 2012;
- Projeto *Immigration Policies in Comparison (1980-2010)*, financiado e coordenado pelo Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, 2012;
- Projeto *Study on the future institutional and legal framework of judicial cooperation in criminal matters in the EU*, financiado pela Comissão Europeia e coordenado pelo Institute for International Research on Criminal Policy da Universidade de Gand,

Bélgica, 2010-2011; deu origem ao livro editado por Gert Vermeulen, Wendy de Bondt e Charlotte Ryckman, *Rethinking International Cooperation in Criminal Matters in the EU: Moving Beyond Actors, Bringing Logic Back, Footed in Reality*, IRCP Series nr. 42, Gand, 2012;

- Projeto *Study on the conditions for family reunification of third country nationals in selected EU Member States*, financiado pela Fondation Roi Baudouin e coordenado pelo European Policy Center e pela Rede Odysseus, 2011; deu origem ao livro editado por Yves Pascouau e Henri Labayle, *Conditions for Family Reunification under Strain*, Bruxelas, 2011;

- Projeto *Implementation of EU Regulation n° 1612/68*, financiado pela Comissão Europeia e coordenado pela Network on Free Movement of Workers, Centre for Migration Law, Radboud Universiteit, Nijmegen, 2010;

- Projeto *Citizenship Law*, financiado e coordenado pelo EUDO Citizenship Observatory do Robert Schuman Centre for Advanced Studies / Instituto Universitário Europeu, 2009, www.eui.eu/RSCAS/Publications;

- Projeto *Comparative Study on the Transposition of the Directive on Reception Conditions for Asylum Seekers*, financiado pela Comissão Europeia e coordenado pela Rede Odysseus de Estudos Jurídicos sobre a Imigração e o Asilo na Europa, 2006;

VI. PARECERES E RELATÓRIOS

21) Cossignatário dos relatórios de avaliação da comissão de avaliação externa nomeada pela Agência A3ES e presidida por Anabela Miranda Rodrigues, sobre os seguintes ciclos de estudos: licenciatura e mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, processos n.ºs ACEF/1213/17452 e ACEF/1213/17457 (13 e 14 de janeiro de 2014) e licenciatura, mestrado e doutoramento em Direito da Faculdade de Direito (Porto) da Universidade Católica Portuguesa, processos n.ºs ACEF/1213/16202, ACEF/1213/16207 e ACEF/1213/16212 (20 e 21 de janeiro de 2014);

20) Signatário do parecer emitido sob o regime de *single blind peer review* sobre o artigo “O nascimento da administração eletrónica num espaço transnacional (breves notas a propósito do projeto de revisão do CPA), para publicação na *Revista E-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (8 de janeiro de 2014);

19) Signatário do relatório de avaliador externo de tese de doutoramento de Horacio Alfredo Espino Bárzaga, *La Economía Social de Mercado en América Latina. Caracterización, circulación y trasplante jurídico del modelo ordoliberal*”, apresentada à Universidad Internacional de Andalucía (31 de janeiro de 2013);

18) Signatário do parecer emitido sob o regime do duplo *blind peer review* sobre o artigo “To the Concept of Discretionary Power”, para publicação no *Silesian Journal of*

Legal Studies da Faculdade de Direito e Administração da Universidade da Silésia (15 de janeiro de 2013);

17) Signatário do parecer emitido sob o regime do duplo *blind peer review* sobre o artigo “Constitutional Sociology and Politics: Theories and Memories”, para publicação no *Silesian Journal of Legal Studies* da Faculdade de Direito e Administração da Universidade da Silésia (15 de janeiro de 2013);

16) Signatário do parecer elaborado nos termos do artigo 25.º do ECDU sobre o Relatório da Atividade Pedagógica e Científica desenvolvida no período entre 15 de setembro de 2005 e 15 de maio de 2012, apresentado por Tiago José Pires Duarte (25 de junho de 2012);

15) Signatário do parecer emitido sob o regime do duplo *blind peer review* sobre o estudo *Towards a Disqualification Trilogy*, para publicação do Institute for International Research on Criminal Policy da Universidade de Gand, Maklu-Uitgevers (17 de março de 2012);

14) Correlator (com Francisco Borges) do “Conference Report on the Portugal-Spain Free Movement of Workers Seminar 2010”, *site* do Centre for Migration Law of the Faculty of Law of the Radboud University Nijmegen (22 de dezembro de 2010);

13) Signatário do parecer solicitado à Faculdade de Direito da UNL pela Sérvulo & Associados, Sociedade de Advogados, sobre a constitucionalidade da Lei n.º 14/2010, de 23 de Julho, revogatória do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, que introduziu alterações nas bases do contrato de concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de Alcântara (9 de dezembro de 2010);

12) Signatário do parecer emitido sob o regime do duplo *blind peer review* sobre o artigo “O princípio da irreversibilidade dos direitos fundamentais sociais conjugado com o princípio da proibição do retrocesso social, da reserva do possível, da proibição da insuficiência e da garantia do mínimo vital”, para publicação na *Revista Mestrado em Direito* do Centro Universitário FIEO, S. Paulo, Brasil (7 de maio de 2010);

11) Signatário do parecer emitido sob o regime do duplo *blind peer review* sobre o artigo “A exigência de proporcionalidade no controle abstrato de normas brasileiro”, para publicação na *Revista Mestrado em Direito* do Centro Universitário FIEO, S. Paulo, Brasil (9 de dezembro de 2009);

10) Correlator (com Francisco Borges) do “Portuguese Report on Immigration, National and Regional Laws and Freedom of Religion”, apresentado ao XXI Annual Congress of the European Consortium for Church and State Research, Madrid, 12 a 15 de novembro de 2009;

9) Signatário do parecer solicitado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre o pedido de publicação da tese de doutoramento de Carlos Alberto Neves Almeida, *Do Contrato de Transporte Aéreo e da Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo* (2009);

8) Signatário do parecer solicitado à Faculdade de Direito da UNL pela Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relativa à situação que levou à nacionalização do BPN – Banco Português de Negócios e à supervisão bancária inerente (constituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 65/2008, de 5 de Dezembro), sobre a invocabilidade do segredo profissional perante as CPI's (23 de março de 2009);

7) Signatário do parecer solicitado à Faculdade de Direito da UNL pela PLMJ, Sociedade de Advogados, sobre a compatibilidade com a Directiva 2000/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transacções comerciais, da Portaria n.º 3-B/2007, de 2 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 242-B/2006, de 29 de Dezembro (7 de março de 2009);

6) Signatário do parecer solicitado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre o pedido de publicação da tese de doutoramento de João Aveiro Pereira, *Le juge et les décisions collectives d'actionnaires des sociétés anonymes – étude de droit comparé européen* (2008);

5) Correlator (com Francisco Borges) do Relatório de Avaliação de Portugal em matéria de concessão excepcional de autorização de residência a imigrantes irregulares, encomendado pelo Comité Director para as Migrações do Conselho da Europa (23 de novembro de 2008);

4) Cossignatário (com João Caupers) do parecer solicitado à Faculdade de Direito da UNL pela PLMJ, Sociedade de Advogados, sobre a compatibilidade com o direito da União Europeia do regime de exclusivo em matéria de jogos de fortuna ou azar legalmente atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (27 de julho de 2006);

3) Correlator (com Nuno Severiano Teixeira e Nelson Lourenço) do Relatório Preliminar do Estudo Preparatório sobre a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, elaborado no âmbito do Protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e o Instituto Português de relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (8 de junho de 2006).

2) Signatário do parecer solicitado pela Assembleia da República à Faculdade de Direito da UNL sobre a revisão do regime jurídico dos inquéritos parlamentares (1 de junho de 2006);

1) Correlator (com Francisco Pereira Coutinho) do *Report on the Free Movement of Workers in Portugal* anualmente elaborado no âmbito da Rede relativa à liberdade de circulação de trabalhadores, entre 2005 e 2013;

VII. PUBLICAÇÕES

1. Teses

- *O Inquérito Parlamentar e os seus modelos constitucionais. O caso português*, dissertação de doutoramento, Almedina, Coimbra, 2004, 755 pp.;

- *A Separação dos Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, dissertação de mestrado, Coimbra Editora, Coimbra, 1989, 281 pp.;

2. Livros

Autor

- *Portugal. Concessão excepcional de autorização de residência a imigrantes irregulares*, edição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (com Francisco Borges), Lisboa, 2009, 60 pp.;

- *Are There Material Limits to the Revision of the Treaties on the European Union?* (com J. L. Cruz Vilaça) in *Vorträge und Berichte des Zentrums für Europäisches Wirtschaftsrecht der Rheinischen Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn*, 1995, 57 pp.;

- *O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias como Juiz Legal e o Processo do Artigo 177º do Tratado CEE*, Lisboa, 1991, 117 pp.

Coordenador

- *A Crise e o Direito* (com Jorge Bacelar Gouveia), Coimbra, Almedina, 2013, 299 pp.;

- *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos centrais*, Coimbra, 2011, reimpressão 2013, 236 pp.;

- *50 Anos do Tratado de Roma* (com Marta Tavares de Almeida); Lisboa, 2008, 256 pp.;

- *Portuguese Law. An Overview* (com Assunção Cristas e Carlos Ferreira de Almeida), Coimbra, 2007, 310 pp.

3. Capítulos de livros

40) “Política Europeia de Vizinhança”, in Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, 2014, no prelo;

39) “Is the Area of Freedom, Security and Justice a Factor of Development and Competitiveness in the European Union?”, in Alessandra Silveira *e. a.*, *Citizenship and Solidarity in the European Union. From the Charter of Fundamental Rights to the Crisis, the State of the Art*, Peter Lang, Bruxelas, 2013, pp. 139-150;

- 38) “A repartição de competências no Tribunal de Justiça da União Europeia”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 1271-1323;
- 37) “Anotação ao artigo 6.º”, in Alessandra Silveira e Mariana Canotilho (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 91-102;
- 36) “A crise nas fronteiras (dos Estados-Membros) da União Europeia: causas e soluções”, in Jorge Bacelar Gouveia e Nuno Piçarra (coord.), *A Crise e o Direito*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 137-178;
- 35) “O artigo 6.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: genealogia e âmbito de aplicação”, in António Pinto Pereira e o. (coord.) *Liber Amicorum* em Homenagem ao Professor João Mota de Campos, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 737-762;
- 34) “Comissões parlamentares” e “Inquérito parlamentar”, in Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (coord.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, Quid Júris, 2013, pp. 72-75 e 210-212;
- 33) “Comentário ao acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de abril de 2012, C-83/12 PPU, Processo-crime contra Minh Khoa Vo”, in Eduardo Paz Ferreira e. a. (org.), *Jurisprudência Cunha Rodrigues – Comentários*, Lisboa, AAFDL, 2013, pp. 257-269;
- 32) “Terrorismo e Direitos Fundamentais: as *Smart Sanctions* na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e no Tratado de Lisboa”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, volume III, Coimbra Editora, 2012, pp. 711-741;
- 31) “O princípio da separação de poderes e os limites da competência do Parlamento face ao Governo na jurisprudência constitucional portuguesa”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, volume III, Coimbra Editora, 2012, pp. 33-60;
- 30) “Três notas sobre o sistema jurisdicional da União Europeia”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, volume I, Almedina, 2012, pp. 767-789; também publicado em AAVV, *Direito Tributário: questões atuais*, Brasília, 2012, pp. 349-370;
- 29) “Immigration and Religion in Portugal” (com Francisco Borges), in Agustin Motilla (ed.) *Immigration, National and Regional Laws and Freedom of Religion*, Lovaina, 2012, pp. 189-197;
- 28) Anotação e comentário aos artigos 21.º e 22.º do Tratado da União Europeia (“Disposições gerais relativas à ação externa da União”), com Diogo Freitas do Amaral, e aos artigos 77.º a 80.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“Políticas relativas aos controlos nas fronteiras, ao asilo e à imigração”), in Manuel

Lopes Porto e Gonçalo Anastácio (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Coimbra, 2012, pp. 105-113 e 395-421;

27) “O Tratado de Lisboa em Perspetiva Constitucional. Uma apresentação à luz de 20 meses de vigência”, in Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa*, Coimbra, 2011, pp. 15-37;

26) “O Tratado de Lisboa e o espaço de liberdade, segurança e justiça”, in Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa*, Coimbra, 2011, pp. 127-155;

25) “Os jogos de fortuna ou azar *online* perante o direito da União Europeia: o acórdão Santa Casa e os seus antecedentes”, in *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, volume I, Coimbra, 2011, pp. 547-579;

24) “O contributo da União Europeia para a disciplina jurídica dos prazos de pagamento nas transações comerciais. A Diretiva 2000/35/CE e a sua revisão”, in *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, volume III, Lisboa, 2011, pp. 77-97, também publicado in *Revista O Direito*, ano 142.º, tomo IV, 2010, pp. 659-679;

23) “Anotação ao acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 8 de Setembro de 2009, Liga Portuguesa de Futebol Profissional e Bwin International Ltd contra Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, C-42/07”, in Maria Luísa Duarte *e. a.* (coord.), *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses. O que fica do diálogo entre os juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia*, Lisboa, 2011, pp. 311-334;

22) “Os poderes das comissões parlamentares de inquérito no direito brasileiro e no direito português”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, volume III, Coimbra, 2011, pp. 201-249;

21) “União Europeia e acto administrativo transnacional”, in Alessandra Silveira (coord.), *Direito da União Europeia e Transnacionalidade*, Lisboa, 2010, pp. 297-323;

20) “A eficácia transnacional dos actos administrativos dos Estados-Membros como elemento caracterizador do direito administrativo da União Europeia”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, Lisboa, 2010, pp. 585-618;

19) “A liberdade de circulação dos advogados na União Europeia. Da metamorfose da regra do tratamento nacional à extensão a nacionais de países terceiros”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, volume IV, Coimbra, 2010, pp. 707-748;

18) “A política de fronteiras da União Europeia: do arranque difícil à centralidade progressiva” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, volume I, Lisboa, 2010, pp. 937-965;

- 17) “Portugal – Exceptional grant of residence permits to irregular migrants”, in *Policies on irregular migrants, Volume III – France, Portugal and Poland*, publicação do Conselho da Europa, Estrasburgo, 2010, pp. 91-114, também em versão francesa;
- 16) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça: uma caracterização geral” in *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI*, Coimbra, 2009, pp. 391-416;
- 15) “A proibição constitucional de extraditar nacionais em face da União Europeia” in José Pina Delgado, Jorge Carlos Fonseca e Liriam Tiujo Delgado (org.), *Aspectos Polémicos da Extradicação em Cabo Verde e no Espaço Lusófono, Nacionalidade, Pena Aplicável, Instituto Afins*, Cidade da Praia, 2009, 219-246;
- 14) “O novo regime jurídico do inquérito parlamentar” in Diogo Freitas do Amaral, Carlos Ferreira de Almeida e Marta Tavares de Almeida (org.), *Estudos comemorativos dos Dez Anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, volume I, Coimbra, 2008, pp. 565-606;
- 13) “Inquérito Parlamentar” in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 3.º Suplemento, Lisboa, 2007, pp. 427-458;
- 12) “O inquérito parlamentar na Constituição portuguesa de 1976 e na lei: consonâncias e dissonâncias” in *Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles: 90 Anos – Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa*, Coimbra, 2007, pp. 935-961;
- 11) “A União Europeia enquanto espaço de liberdade, segurança e justiça: alguns desenvolvimentos recentes” in Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira (coord.) *Estudos de Direito e Segurança*, Coimbra, 2007, pp. 317-336;
- 10) “As garantias de cumprimento das obrigações dos Estados-Membros no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça” in *Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques*, Coimbra, 2007, pp. 707-729;
- 9) “A justiça constitucional da União Europeia” in *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, vol. III, Coimbra, 2006, pp. 467-501;
- 8) “A evolução do sistema de garantia da Constituição em Cabo Verde” in *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, 2006; também publicado in *Negócios Estrangeiros*, 11.4, número especial, 2007, pp. 156-196;
- 7) “Immigration et droit d’asile – Rapport portugais” in *Politiques migratoires et droit d’asile dans l’Union européenne et ses Etats membres*, XXI Congresso FIDE, vol. III, Dublin, 2004, também publicado in *Estudos de Direito Europeu – Congressos da FIDE*, Cascais, 2009;

- 6) “Portuguese Experience of European Cooperation in the Fields of Justice and Home Affairs” in Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra (edit.) *Portugal – A European Story*, Cascais, 2000, pp. 165-187;
- 5) Anotação ao Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de 17 de Junho de 1999, processo T-82/89, ARAP e. a./Comissão, in *Colectânea Anotada de Jurisprudência Comunitária (Os casos portugueses)*, Lisboa, 2000;
- 4) “A competência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias para fiscalizar a compatibilidade do direito nacional com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem in Antunes Varela e.a. (edit.) *Ab uno ad Omnes 75 anos da Coimbra Editora*, Coimbra, 1998, pp. 1393-1440;
- 3) “Judgments of the Court of First Instance Delivered After Setting Aside and Reference Back”; “Parallel Proceedings before the European Court of Justice and the Court of First Instance”; “Authentic Languages, Publication and Entry into Force” in Richard Plender (edit.), *European Courts: Practice and Precedents*, Londres, 1997, pp. 900-905, 909-920, 952-954;
- 2) Anotação ao Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias de 27 de Junho de 1991, processo C-348/89, Mecanarte in *Colectânea Anotada de Jurisprudência Comunitária (Os casos portugueses)*, Lisboa, 1992, pp. 39-50;
- 1) “Separação de Poderes” in *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. V, Lisboa/São Paulo, 1987, pp. 682-714.

4. Artigos em revistas internacionais

- 13) “O Direito à Liberdade e à Segurança na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: genealogia, âmbito de aplicação e desenvolvimentos jurisprudenciais”, in *Revista Mestrado em Direito – Direitos Humanos Fundamentais*, ano 13, n.º 1, 2013, pp. 67-90
- 12) “The ‘Europeanisation’ of the Portuguese Courts” (com Francisco Pereira Coutinho), in *Silesian Journal of Legal Studies*, vol. 4, 2012, pp. 73-88, também publicado in *Revista de Direito Público*, n.º 5, 2011, pp. 157-181;
- 11) “Poderes e limites de actuação das comissões parlamentares de inquérito no direito brasileiro e no direito português”, in *Juris Poiesis – Revista do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá*, ano 13.º, n.º 13, 2010, pp. 343-380;
- 10) “O Tratado de Lisboa em perspectiva constitucional”, in *Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro*, n.º 45, 2010, pp. 104-112;
- 9) “Cooperação internacional no combate ao terrorismo e tutela dos direitos fundamentais. O debate na jurisprudência dos tribunais da União Europeia”, in *Revista*

Mestrado em Direito do Centro Universitário FIEO, ano 10, n.º 1, 2010, S. Paulo, Brasil, pp. 11-30;

8) “A liberdade de circulação dos advogados na União Europeia – Da metamorfose da regra do tratamento nacional à extensão a nacionais de países terceiros” in *Revista de Direito Público da Economia RDPE*, ano 8, n.º 29, 2010, Belo Horizonte, Brasil, pp. 151-195;

7) “O Tratado de Lisboa e o princípio do primado do direito da União Europeia: uma ‘evolução na continuidade’” (com Diogo Freitas do Amaral), in *Revista Mestrado em Direito* do Centro Universitário FIEO, ano 9, n.º 1, 2009, S. Paulo, Brasil, pp. 187-222;

6) “A proibição constitucional de extraditar nacionais em face da União Europeia” in *Revista de Direito do Estado*, n.º 9, 2008, pp. 131-148;

5) “A evolução do sistema de garantia da Constituição em Cabo Verde”, in *Direito e Cidadania*, ano VII, n.º 22, Praia, Cabo Verde, 2005, pp. 211-248;

4) “A competência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias para fiscalizar a compatibilidade do direito dos Estados-Membros com a Convenção Europeia dos Direitos dos Homem”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, vol. 12, 1996, pp. 212-236;

3) “Y a-t-il des limites matérielles à la révision des Traités instituant les Communautés européennes?” (com J. L. Cruz Vilaça) in *Cahiers de Droit Européen*, 1993, pp. 1-37;

2) “La Revisión de los Tratados Europeos” (com J. L. Cruz Vilaça) in *Revista de Derecho Político*, 1992, pp. 455-466;

1) “Droit constitutionnel et Droit communautaire. Le cas portugais” (com J. L. Cruz Vilaça e L. M. Pais Antunes) in *Rivista di Diritto Europeo*, n.º 2, 1991, pp. 301-310.

5. Artigos em revistas nacionais

23) “Arguição da dissertação de doutoramento de Vera Eiró sobre “A Obrigação de Indemnizar das Entidades Adjudicantes. Fundamentos e Pressupostos”, in *Themis*, ano XII, n.ºs 22/23, 2012, pp. 293-304;

22) “Sobre a repartição de competência no Tribunal de Justiça da União Europeia”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 133, 2013, pp. 11-74;

21) “Princípio da separação de poderes, parlamentarismo e governos minoritários na Constituição de 76. A perspectiva jurisprudencial”, in *Themis*, ano XI, n.ºs 20/21, 2011, pp. 111-159;

- 20) “Recurso de revisão de que «decisões inconciliáveis» com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem?”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 92, 2012, pp. 59-65;
- 19) “A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de jogos de fortuna ou azar: tendências, tensões e paradoxos”, in *Desporto & Direito*, ano VIII, n.º 23, 2011, pp. 165-225, republicado em *Dez Anos de Desporto & Direito (2003 a 2013)*, Coimbra, 2013, pp. 219-280;
- 18) “Poderes e limites de actuação das comissões parlamentares de inquérito no Direito Brasileiro e no Direito Português”, in *O Direito*, ano 134.º, II, 2011, pp. 231-266;
- 17) “Direito da União Europeia: o espaço de liberdade, segurança e justiça. Relatório com o programa, os conteúdos e os métodos de ensino da cadeira”, in *Themis*, ano X, n.º 19, 2010, pp. 231-364;
- 16) “As incidências do direito da União Europeia sobre a organização e o exercício da função jurisdicional nos Estados-Membros”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, ano VII, 2010, pp. 209-226;
- 15) “O Tratado de Lisboa e o espaço de liberdade, segurança e justiça” in *Cadernos O Direito*, n.º 5, 2010, pp. 245-269;
- 14) “O Tratado de Lisboa e o princípio do primado do direito da União Europeia: uma ‘evolução na continuidade’” (com Diogo Freitas do Amaral) in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009, pp. 9-56;
- 13) “A proibição constitucional de extraditar nacionais em face da União Europeia” in *Revista do CEJ*, n.º 7, 2007, pp. 243-263;
- 12) “Liberdade, Segurança e Justiça: valores fundamentais da União Europeia” in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 46 e n.º 47, 2007, pp. 87-92 e 94-99;
- 11) “A transposição da decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu sob escrutínio dos juízes constitucionais nacionais – Anotação aos Acórdãos do Tribunal Constitucional da Polónia, de 27 de Abril de 2005, e do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, de 18 de Julho de 2005” in *Jurisprudência Constitucional*, n.º 8, 2005, pp. 64-101;
- 10) “O espaço de liberdade, segurança e justiça no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa: simplificação e aprofundamento” in *O Direito*, ano 137º, IV-V, 2005, pp. 967-1014;
- 9) “O espaço de liberdade, segurança e justiça após a assinatura do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa” in *Polícia e Justiça*, III Série, n.º 5, 2005, pp. 17-64;

- 8) “A evolução da política comum de vistos na União Europeia” in *Europa. Novas Fronteiras*, Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, n.º 16, 2004, pp. 101-122;
- 7) “Em direcção a um procedimento comum de asilo” in *Thémis*, Revista da Faculdade de Direito da UNL, ano II, n.º 3, 2001, pp. 281-293;
- 6) “O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e o novo espaço de liberdade, de segurança e de justiça” in *Thémis*, Revista da Faculdade de Direito da UNL, ano I, n.º 1, 2000, pp. 81-125;
- 5) “O modelo de integração do acervo de Schengen na União Europeia: Cooperação reforçada e «ordens de legislar ao Conselho» in *Legislação – Cadernos de Ciência da Legislação*, n.º 23, 1998, pp. 23-56;
- 4) “Fundo Social Europeu. Repartição de competências entre a Comissão e o DAFSE – Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 3.6.1998 P. 37942, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 10, 1998, pp. 16-20;
- 3) “Cidadania Europeia, Direito Comunitário e Direito Nacional” in *O Direito*, ano 126.º, III-IV, 1994, pp. 185-207 e 499-529;
- 2) “Extensão e limites dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais atribuídos, nos termos do artigo 181º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa, às comissões parlamentares de inquérito” in *Scientia Juridica*, 1993, pp. 193-229;
- 1) “A Reserva de Administração” in *O Direito*, ano 122.º, II, III-IV, 1990, pp. 325-353 e 571-601.

6. Comunicações em actas de encontros científicos

- 16) “O combate ao tráfico de seres humanos na perspectiva da União Europeia”, in *Tráfico Desumano. Livro de Actas*, Colecção de Direitos Humanos e Cidadania, Cadernos de Administração Interna, Lisboa, 2011, pp. 99-103.
- 15) “Liberdade, segurança e cooperação internacional no combate ao terrorismo. O debate na jurisprudência dos tribunais da União Europeia” in *Liberdade e Segurança. Conferência*; Lisboa, 2009, pp. 103-113;
- 14) “O Tratado de Roma e as Fronteiras dos Estados-Membros da União Europeia” in Marta Tavares de Almeida e Nuno Piçarra (org.), *50 Anos do Tratado de Roma*, Lisboa, 2008, pp. 199-234;
- 13) “A Europeização dos Tribunais Portugueses” (com Francisco Pereira Coutinho), Instituto Português de Relações Internacionais da UNL, *Working Paper* n.º 18, 2006, 24 pp;

- 12) “Liberdade, segurança e justiça como fundamentos da cidadania europeia” in *Conferência A Defesa e a Segurança dos Cidadãos na UE do Século XXI*, Lisboa, 2006, pp. 63-69;
- 11) “As revisões constitucionais em matéria de extradição. A influência da União Europeia” in *Themis*, Edição Especial: *30 Anos da Constituição Portuguesa 1976-2006*, Lisboa, 2006, pp. 217-241;
- 10) “Le développement d’une politique commune en matière d’asile” in Constança Urbano de Sousa e Philippe de Bruycker (org.), *L’Émergence d’une Politique Européenne d’Asile*, Bruxelas, 2004, pp. 15-21;
- 9) “A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados-Membros no espaço europeu de justiça” in *Portugal e a Constituição Europeia – Congresso Portugal e o Futuro da Europa, Estratégia*, Revista do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, n.º 18-19, Lisboa, 2003, pp. 87-95;
- 8) “Sobre o procedimento comum de asilo”, in *Em direcção a um Sistema Comum Europeu de Asilo – Conferência Europeia sobre Asilo*, Lisboa, 2001, pp. 135-143;
- 7) “O Tratado de Amesterdão e as novas competências do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias”, *FDUNL – Working Papers*, WP 1/2001;
- 6) “A integração de Schengen na União Europeia” (também em versão inglesa) in *Os direitos dos cidadãos face aos sistemas de informação policial/The rights of the individual vis-à-vis police information systems*, Colóquio organizado pela Autoridade de Controlo Comum de Schengen, Lisboa, 1998, pp. 29-46;
- 5) “La mise en oeuvre du protocole intégrant l’acquis de Schengen dans le cadre de l’Union européenne: règles et procédures” in Monica den Boer (edit.) *Schengen’s Final Days? The Incorporation of Schengen into the New TEU, External Borders and Information Systems*, Maastricht, 1998, pp. 25-57;
- 4) “O Juiz Comunitário perante os novos desafios em matéria de protecção dos direitos fundamentais na União Europeia” in *Direitos Humanos: a promessa do século XXI*, Porto, 1997, pp. 91-99;
- 3) “Die Einflüsse des deutschen Verfassungsrechts auf das portugiesische Verfassungsrecht” in Erik Jayme (edit.) *2. Deutsch-Lusitanische Rechtstage*, Baden-Baden, 1994, pp. 55-70;
- 2) “Parlamento Europeu: Génese e Evolução” in *Parlamento Europeu. Porquê Votar?*, III Fórum Eleitoral da Comissão Nacional de Eleições, Lisboa, 1994, pp. 15-41;
- 1) “A Separação dos Poderes na Constituição de 1976. Alguns Aspectos” in Jorge Miranda (edit.), *Nos Dez Anos da Constituição*, Lisboa, 1987, pp. 143-174.

VIII. PARTICIPAÇÃO EM COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, CURSOS E SEMINÁRIOS

1. Como orador

201) “Os regimes jurídicos da Extradicação e do Mandado de Detenção Europeu: divergências e convergências”, na Conferência sobre Cooperação Judiciária Penal Internacional em matéria Penal – a Extradicação, São Tomé, em 11 de fevereiro de 2014;

200) “O Regime Constitucional da Extradicação em São Tomé e Príncipe”, na Conferência sobre Cooperação Judiciária Penal Internacional em matéria Penal – a Extradicação, São Tomé, em 10 de fevereiro de 2014;

199) “A igualdade e a não discriminação, em especial em razão do género, da orientação sexual e da idade, na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia”, no Curso de Extensão Universitária de Direito do Trabalho e da Segurança Social organizado pela FDUNL , em 10 de dezembro de 2013;

198) “A Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, aula ao curso de mestrado da FDUNL no âmbito da cadeira Metodologia e Investigação Jurídica, em 4 de dezembro de 2013;

197) “Liberdade, segurança e justiça na União Europeia”, no Mestrado em Direito e Segurança no Instituto de Estudos Superiores Militares, em 25 e 26 de setembro de 2013

196) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no XIV Curso de Defesa para Jovens, Instituto de Defesa Nacional, em 17 de setembro de 2013;

195) “A União Europeia e o Direito Internacional”, na Summer Law School – International Law organizada pela Associação de Estudantes das FDUNL e pela European Law Students Association – ELSA, em 25 de julho de 2013;

194) “A União Económica e Monetária e a Crise do Euro”, no II Congresso Luso-Brasileiro de Direito, Faculdade de Direito da UNL em 17 de julho de 2013;

193) “Banques de données européennes”, no XII Curso de verão Droit et Politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne, organizado pela Rede Odysseus d’études juridique sur l’immigration et l’asile en Europe na Universidade Livre de Bruxelas, em 9 de julho de 2012;

192) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça: presente e futuro”, no I Curso de Verão da Nova Direito, Faculdade de Direito da UNL em 25 de junho de 2013;

191) “A generalização do «método comunitário» ao espaço de liberdade, segurança e justiça operada pelo Tratado de Lisboa: consequências e derrogações”, no Colóquio O

espaço de liberdade, segurança e justiça da UE. Desenvolvimentos recentes, Universidade Autónoma de Lisboa, em 30 de maio de 2013;

190) “Presente e futuro do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, no Colóquio Liberdades e direitos em tempos de insegurança, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 3 de maio de 2013;

189) “Direitos Políticos na União Europeia”, no Seminário sobre Direito Eleitoral e Político, Faculdade de Direito da UNL, em 17 de abril de 2013;

188) “O Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça”, no XIV Seminário de Estudos Europeus, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, 21 de fevereiro de 2013;

187) O impacto do Tratado de Lisboa no direito da União Europeia: três anos depois”, no I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, realizado na Faculdade de Direito da UNL em 11 de fevereiro de 2013;

186) “As liberdades de deslocação e fixação no espaço europeu em risco?”, VI Encontro de Professores de Direito Público, “A Crise e o Direito”, na Universidade Católica do Porto, em 25 de janeiro de 2013;

185) “O Direito Europeu em ação – a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de princípios fundamentais”, no curso pós-graduado de especialização pelo Instituto Europeu e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 19 de janeiro, 1 e 8 de fevereiro de 2013;

184) “Sistemas de Governo e Controlo Parlamentar”, no módulo de Direito Público Comparado do Curso de Doutoramento em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 17-22 de dezembro de 2012;

183) Apresentação da parte dedicada ao direito público do livro *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*, volume I, Praia, Cabo Verde, 2012, na Almedina Saldanha em 15 de dezembro de 2012;

182) “Os tribunais arbitrais como órgãos de aplicação da Constituição”, Curso de extensão universitária Arbitragem em Direito Público: administrativa e tributária, na Faculdade de Direito da UNL, em 11 de dezembro de 2012;

181) “La mise en place d’un système européen d’asile, les frontières européennes et les accords de Schengen”, no Master européen Droit et Politiques de l’Intégration européenne: droit constitutionnel européen et «multilevel constitutionalism», na Faculdade de Direito da Universidade Autónoma de Barcelona, 5 e 6 de novembro de 2012;

180) “O combate à criminalidade organizada no espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, XI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da UNL, 31 de outubro de 2012;

179) “O espaço de liberdade segurança e justiça: caracterização geral e políticas específicas”, XI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 26 de setembro e 15 de outubro de 2012;

178) “Banques de données européennes”, no XII Curso de verão Droit et Politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne, organizado pela Rede Odysseus d’études juridique sur l’immigration et l’asile en Europe na Universidade Livre de Bruxelas, em 11 de julho de 2012;

177) “A aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia pelos tribunais dos Estados-Membros”, no Módulo Europeu Jean Monnet sobre Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais no Direito Europeu e no Direito Comparado, organizado pelo Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa, em 8 de junho de 2012;

176) “A crise nas fronteiras (dos Estados-Membros) da União Europeia”, no Colóquio “A Crise e o Direito”, organizado na Faculdade de Direito da UNL em 22 de maio de 2012;

175) “O espaço de liberdade, segurança e justiça é um fator de desenvolvimento e competitividade da União Europeia?”, no Colóquio internacional sobre cidadania e solidariedade na União Europeia – da Carta à crise, o estado da arte, organizado pelo Centro de Estudos em Direito da União Europeia da Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, em 10 de maio de 2012;

174) “A aproximação das legislações em matéria de procedimento e processo administrativo e tributário nos Estados-Membros da União Europeia: o impulso pretoriano”, no Seminário internacional sobre contencioso administrativo e fiscal: segurança jurídica e crescimento económico organizado pela FIESP em São Paulo, em 7 de maio de 2012;

173) “O lugar do Parlamento Europeu no sistema político-constitucional da União Europeia: das origens à atualidade”, no II Fórum Universitário do Parlamento Europeu dos Jovens UNIPEJ, na Faculdade de Direito da UNL em 10 de março de 2012;

172) A garantia administrativa e judicial dos direitos fundamentais dos imigrantes, no Curso sobre imigração, migrantes e asilo, segurança e justiça organizado pelo Centro de Excelência Jean Monnet da FDUL, em 2 de março de 2012;

171) “O espaço de liberdade, segurança e justiça”, no XIII Seminário de Estudos Europeus, organizado pelo Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Cenjor e Jornal *Público*, em 1 de março de 2012;

170) “E depois do Tratado Intergovernamental?”, nos Encontros do Instituto Europeu da FDUL, Livraria Almedina, Atrium Saldanha, em 7 de fevereiro de 2012;

169) “Os princípios fundamentais explicitados pelo Tribunal de Justiça da União Europeia no domínio das liberdades de circulação”, na pós-graduação “O Direito da UE em ação – a jurisprudência do TJUE”, Instituto de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de dezembro de 2011, 6, 7 e 14 de janeiro e 10 de fevereiro de 2012;

168) “Nós, os cidadãos europeus?”, no Congresso Internacional 25 Anos na UE, Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, 29 de Novembro de 2011;

167) “Aspects centraux de l’Union européenne en tant que espace de liberté, sécurité et justice”, no European Master in Law and Policies of European Integration, Universidade Autónoma de Barcelona, 14 a 16 de Novembro de 2011;

166) “O Espaço de liberdade, segurança e justiça na sua configuração pós-Lisboa”, IX Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da UNL, em 8 de Novembro de 2011;

165) “O espaço de liberdade, segurança e justiça como política pública da União Europeia”, no Curso de Mestrado em Estudos Europeus do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1 de Outubro de 2011;

164) “Criminalidade organizada e espaço de liberdade segurança e justiça”, X Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 28 de Setembro de 2011;

163) “O sistema jurisdicional da União Europeia e o papel dos tribunais dos Estados-Membros”, Colóquio de História do Direito e Integração Europeia, Procuradoria-Geral do Estado, Rio de Janeiro, em 8 de Setembro de 2011;

162) “O papel dos juízes na integração europeia”, 1.º Seminário Luso-Mineiro de Direito Constitucional e Bioética, Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Poços de Caldas, Minas Gerais, em 2 de Setembro de 2011;

161) “A Constituição da União Europeia”, 1.º Seminário Luso-Mineiro de Direito Constitucional e Bioética, Fundação Educacional de Oliveira, Minas Gerais, em 1 de Setembro de 2011;

160) “A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, na Faculdade de Direito da PUC Minas, Betim, Brasil, em 30 de Agosto de 2011;

159) “A identidade política da União Europeia”, na Faculdade de Direito da PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil em 29 de Agosto de 2011;

158) “Banques de données européennes”, no Cours d’été Droit et politique de l’immigration et de l’asile, Universidade Livre de Bruxelas, em 12 de Julho de 2011;

157) “As directivas da União Europeia e a sua transposição para a ordem jurídica portuguesa”, Curso A Feitura das Leis, no INA, Oeiras, em 24 de Junho de 2011;

156) “A Justiça Constitucional e os seus Modelos”, I Curso de Doutoramento em Direito, Universidade Nova de Lisboa/Universidade Agostinho Neto, Luanda, em 13 a 17 de Junho de 2011;

155) “O papel dos parlamentos nacionais na União Europeia”, Conclusões do XXIV Congresso FIDE, Centro de Informação Jacques Delors, em 8 de Junho de 2011;

154) “A Justiça Constitucional da União Europeia”, Curso de Mestrado (profissionalizante) em Ciências Jurídico-Forenses – Contencioso da União Europeia, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 25 de Maio de 2011;

153) “A garantia administrativa e judicial dos direitos fundamentais dos imigrantes”, Curso Imigração, migrantes e asilo no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, Centro de Excelência Jean Monnet, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 28 de Abril de 2011

152) “Justiça e Integração Europeia”, Curso de Mestrado sobre Justiça: perspectivas jurídicas e meta-jurídicas, Faculdade de Direito da UNL, em 11 de Março de 2011;

151) “A ordem jurídica da União Europeia”, Curso de pós-graduação e mestrado em estudos europeus do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, em 7, 8, 14 e 15 de Janeiro de 2011,

150) “Os instrumentos jurídicos de cooperação judiciária mútua em matéria penal na União Europeia”, seminário sobre Cooperação e Assistência Judiciária Mútua em Matéria Criminal, organizado pelo Office des Nations Unies contre la drogue et le crime, Bissau, em 14 de Dezembro de 2010;

149) “Acordos bilaterais e multilaterais no campo da assistência judiciária mútua internacional”, seminário sobre Cooperação e Assistência Judiciária Mútua em Matéria Criminal, organizado pelo Office des Nations Unies contre la drogue et le crime, Bissau, em 13 de Dezembro de 2010;

148) “As políticas de imigração da União Europeia”, Curso sobre direito dos estrangeiros e da imigração, na Faculdade de Direito da UNL em 10 de Dezembro de 2010;

147) “As directivas da União Europeia e a sua transposição para a ordem jurídica nacional”, ”, no Curso sobre “A Feitura das Leis” realizado no INA, Oeiras, em 2 e 3 de Dezembro de 2010;

146) “Princípios fundamentais do direito da União Europeia”, Curso de Pós-graduação de especialização O Direito Europeu em acção – a jurisprudência do Tribunal de Justiça

da União Europeia; na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 30 de Novembro e 2 de Dezembro;

145) “Free Movement of Persons between Portugal and Spain in the Framework of the European Union: the Case of the Frontier Workers”, Annual Conference on Free Movement of Workers of the European Network on Free Movement within the European Union, Londres, 25 e 26 de Novembro de 2010;

144) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, seminário no Curso de Mestrado em Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa, 5, 6, 19 e 20 de Novembro de 2010

143) “Criminalidade organizada e espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, no VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da UNL em 8 de Novembro de 2010;

142) “A liberdade de circulação de pessoas e de trabalhadores”, no I Curso de Extensão Universitária em Direito do Desporto, Faculdade de Direito da UNL, em 23 de Outubro de 2010;

141) “Os instrumentos jurídicos da União Europeia em matéria de prevenção e repressão do crime de tráfico de seres humanos”, Mesa Redonda organizada pelo Ministério da Administração Interna por ocasião do Dia Europeu de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, em Loures em 20 de Outubro de 2010;

140) “Direito da União Europeia” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutorado organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Manaus, Brasil, de 24 a 27 de Setembro de 2010;

139) “O contributo do Tratado de Lisboa para o aprofundamento do tema do controle na União Europeia”, no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 2010;

138) “O princípio da autonomia processual dos Estados-Membros da União Europeia: mito ou realidade?”, na Faculdade de Direito Mineira da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte; Brasil, em 5 de Setembro de 2010;

137) “O sistema jurisdicional da União Europeia”, na Faculdade de Direito Mineira da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Betim, Brasil, em 2 de Setembro de 2010;

136) “Banques de données européennes: SIS, Eurodac, VIS”, no 10.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne” organizado pelo Réseau académique Odysseus d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 6 de Julho de 2010;

135) “As directrizes do Tratado de Lisboa e do Programa de Estocolmo para a União Europeia e os seus 27 Estados-Membros em matéria de protecção internacional e

migração”, no Colóquio Internacional sobre Direitos Humanos e Migrações: uma abordagem à protecção dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo baseada nos direitos humanos, Assembleia da República, Lisboa, 31 de Maio/1 de Junho de 2010;

134) “A Política Externa e de Segurança Comum no Tratado de Lisboa – perspectiva jurídica”, Mesa Redonda na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em 28 de Abril de 2009;

133) “A Carta dos Direitos Fundamentais e o Tratado de Lisboa: sinergias e assinergias”, no I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, Reitoria da Universidade de Coimbra, em 15 de Abril de 2010;

132) A técnica legislativa de transposição das directivas da União Europeia, Curso de Ciência da Legislação na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em 25 de Março e 8 de Abril de 2010;

131) “O Tratado de Lisboa e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, no Colóquio O Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010;

130) “A ordem jurídica da União Europeia”, no Programa Avançado em Estudos Europeus organizado pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 9, 14, 15 e 16 de Janeiro de 2010;

129) “A crescente influência comunitária no mundo jurídico português”, no Ciclo de Conferências *Job Shop*, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em 2 de Dezembro de 2009;

128) “Immigration and freedom of religion in Portugal”, XXI Annual Congress of the European Consortium for Church and State Research, Madrid, 12 a 14 de Novembro de 2009;

127) “Direito Europeu e Comunitário” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutoramento organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Teresina, Brasil, de 27 a 29 de Agosto de 2009;

126) “O sistema jurisdicional da União Europeia”, no programa de doutorado da Faculdade de Direito Mineira da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte; Brasil, em 19 a 24 de Agosto de 2009;

125) “Direito Europeu e Comunitário” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutoramento organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Manaus, Brasil, de 14 a 16 de Agosto de 2009;

124) “A constitucionalização do direito”, no I Seminário Jurídico da Faculdade Metropolitana de Manaus, Brasil, em 13 de Agosto de 2009;

123) “Banques de données européennes: SIS, Eurodac, VIS”, no 9.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne” organizado pelo Réseau académique Odysseus d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 7 de Julho de 2009;

122) “Directivas comunitárias e decisões-quadro: aspectos da transposição para a ordem jurídica portuguesa”, no Curso sobre “A Feitura das Leis” realizado no INA, Oeiras, 16 de Junho de 2009;

121) “Liberdade, segurança e cooperação internacional no combate ao terrorismo. O debate na jurisprudência dos tribunais da União Europeia”, na Conferência “Liberdade e Segurança” organizada pelo Ministério da Administração Interna em Lisboa, em 12 de Maio de 2009;

120) “Portugal, experience and success of EU integration. What can be transposed to the case of Serbia?”, no Colóquio organizado pelo Movimento Europeu da Sérvia e a Fundação Konrad Adenauer, Belgrado, 26 de Fevereiro de 2009;

119) “A ordem jurídica da União Europeia”, no Programa Avançado em Estudos Europeus organizado pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 15-17 de Janeiro de 2009;

118) “Governo da magistratura e estatuto dos juizes”, no II Encontro de Professores de Direito Público, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 de Janeiro de 2009;

117) “Criminalidade organizada e espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Curso de Estudos Avançados em Direito e Segurança, na Faculdade de Direito da UNL, em 19 de Novembro de 2008;

116) “O efeito extraterritorial dos actos administrativos dos Estados-Membros no âmbito da União Europeia”, no III Congresso Internacional de Direito Administrativo da Cidade do Rio de Janeiro, em 13 de Novembro de 2008;

115) “O Tratado de Lisboa”, na Escola de Políticas de Estado da Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 2008;

114) “A liberdade de circulação do advogado na União Europeia”, na Ordem dos Advogados do Brasil em Teresina, Piauí em 28 de Agosto de 2008;

113) “Banques de données européennes : SIS, Eurodac, VIS”, no 8.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne” organizado pelo Réseau académique Odysseus d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 8 de Julho de 2008;

112) “A justiça constitucional”, na Escola Superior de Direito do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, no âmbito do I Programa de Doutoramento em Direito, Maputo, 30 de Junho a 4 de Julho de 2008;

111) “Directivas comunitárias e decisões-quadro: aspectos da sua transposição para o direito português”, no Curso sobre “A Feitura das Leis” realizado no INA, Oeiras, 5 de Junho de 2008;

110) “The interaction of common law and civil law in European law”, no Curso de Especialização “An Introduction to the Common Law”, organizado pelo ISCTE e pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 14 de Abril de 2008;

109) “Desenvolvimentos recentes no espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, no X Seminário de Estudos Europeus organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 10 de Abril de 2008;

108) “A livre circulação de pessoas na União Europeia no 50.º aniversário do Tratado de Roma”, na Jornada Académica de Direito organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil em Araguaína, Tocantins, em 21 de Agosto de 2007;

107) “Direito Europeu e Comunitário” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutoramento organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Palmas, Brasil, 16 a 18 de Agosto de 2007;

106) “Le Système d’information Schengen”, no 7.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne” organizado pelo Réseau académique Odyssée d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 10 de Julho de 2007;

105) “Direitos fundamentais, justiça e assuntos internos”, no II Congresso Nacional “Portugal e o Futuro da Europa”, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 25 de Junho de 2007;

104) “Da Comunidade Económica Europeia à União Europeia: as revisões dos Tratados de Roma e de Maastricht”, no Curso de Direito dos Tratados e Direito Comunitário organizado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa, 22 de Junho de 2007;

103) “As directivas comunitárias e as decisões-quadro: problemas relativos à sua transposição para os ordenamentos jurídicos nacionais”, no Seminário sobre Legística realizado na Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 18 a 29 de Junho de 2007;

102) “Directivas comunitárias e decisões-quadro: aspectos da sua transposição para o direito português”, no Curso sobre “A Feitura das Leis” realizado no INA, Oeiras, 21 de Maio a 1 de Junho de 2007;

101) “A alteração do regime jurídico dos inquéritos parlamentares pela Lei n.º 15/2007, de 3 de Abril: razões e expectativas”, no Colóquio Aberto organizado na Faculdade de Direito da UNL em 15 de Maio de 2007;

100) “Desenvolvimentos recentes na jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidade Europeias em matéria de direito do trabalho e da segurança social”, na II

Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Segurança Social organizada pela faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 10 de Maio de 2007;

99) “O Tratado de Roma e as fronteiras dos Estados-Membros”, no Colóquio “50 Anos do Tratado de Roma, organizado pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 19 e 20 de Abril de 2007;

98) “A cooperação policial e judiciária em matéria penal na União Europeia”, no IX Seminário de Estudos Europeus organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 9 de Março de 2007;

97) “Liberdade, segurança e justiça: uma conciliação necessária”, no Seminário temático “Liberdade, Segurança e Justiça: Valores Fundamentais da Europa”, realizado na Ordem dos Advogados de Lisboa em 27 de Fevereiro de 2007;

96) “Gestação e evolução da União Europeia”, no Curso de Política Externa Nacional organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 10 de Janeiro de 2007;

95) “Liberdade, Segurança e Justiça na União Europeia”, no Debate Nacional sobre o Futuro da Europa organizado pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa, 8 de Janeiro de 2007;

94) “A ordem jurídica comunitária e os seus fundamentos”, no Programa Avançado em Estudos Europeus organizado pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 6 e 12 de Janeiro de 2007;

93) “Os ‘pilares’ na estrutura institucional contemporânea da União Europeia”, no Curso de Política Externa Nacional organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 30 de Novembro de 2006;

92) “As directivas e as decisões-quadro da União Europeia e a sua transposição para as ordens jurídicas nacionais”, no Curso sobre “A Feitura das Leis”, organizado pelo INA, Oeiras, 13 a 24 de Novembro de 2006;

91) “O contributo da União Europeia para o direito aéreo internacional”, na II Pós-Graduação em Direito Aéreo organizada pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 18 de Outubro de 2006;

90) “Le Système d’information Schengen”, no 6.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne” organizado pelo Réseau académique Odysseus d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 11 de Julho de 2006;

89) “A europeização dos tribunais portugueses”, no Curso de Verão sobre “A Europeização do Sistema Político Português”, organizado pelo IPRI-UNL, Óbidos, 26 a 30 de Junho de 2006;

88) “Os princípios fundamentais da ordem jurídica comunitária”, no Seminário sobre Direito da União Europeia, organizado pela Região Autónoma dos Açores em Angra do Heroísmo em 26 e 27 de Junho de 2006;

87) “Direito Europeu e Comunitário” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutoramento organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Palmas, Brasil, 15 a 17 de Junho de 2006;

86) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no I Seminário Luso-Brasileiro sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal, Cascais, 22 a 24 de Maio de 2006;

85) “A arquitectura institucional e jurídica da União Europeia”, no Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus organizado pela FCSH-UNL, Lisboa, 3, 10 e 11 de Maio de 2006;

84) “A cooperação policial e judiciária em matéria penal na União Europeia”, no VIII Seminário de Estudos Europeus organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 4 de Maio de 2006;

83) “As revisões do artigo 33.º da Constituição portuguesa de 1976”, na Mesa Redonda sobre “Constituição e Europa” realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 28 de Abril de 2006;

82) “A decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia”, no Curso sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, organizado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 21 de Abril de 2006;

81) “A estrutura institucional, decisória e normativa criada pela Convenção de Schengen e a integração do acervo de Schengen na União Europeia”, no Curso sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, organizado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 18 de Abril de 2006;

80) “Extradicação e revisões constitucionais. A influência da União Europeia”, no Colóquio “30 Anos da Constituição Portuguesa de 1976” organizado pela Faculdade de Direito da UNL em 4 e 5 de Abril de 2006;

79) “Elementos fundamentais de direito do urbanismo português”, no Curso de Pós-graduação em Administração Pública e Direito Administrativo organizado pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, em 6, 14 e 20 de Março de 2006;

78) “Liberdade, segurança e justiça como fundamentos da cidadania europeia”, no Seminário “A Defesa e a Segurança dos Cidadãos na União Europeia do Século XXI”, organizado pelo Ministério da Defesa, Lisboa, 3 de Março de 2006;

77) “Prioridade ao Estado de Direito? Sistemas judiciais e combate ao crime organizado”, no VIII Forum Euro-Latino Americano “Multilateralismo Eficaz: Desafios Regionais e Globais”, Lisboa, 2 de Março de 2006;

76) “O espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, no Curso de Estudos Avançados em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006;

75) “A evolução da cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos na União Europeia” no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Lisboa, 21 de Fevereiro de 2006;

74) “Direito Europeu e Comunitário” no Curso de Acesso ao Mestrado e Doutoramento organizado pelo Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, Teresina, Brasil, 10 a 12 de Fevereiro de 2006;

73) “A evolução da cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos na União Europeia” no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Lisboa, 17 de Janeiro de 2006;

72) “A gestação e a evolução progressiva das Comunidades Europeias até ao Tratado de Maastricht”, no Curso de Política Externa Nacional organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 12 de Dezembro de 2005;

71) “O espaço de liberdade, segurança e justiça tornou-se o «motor da União Europeia»?”, na XXIII Conferência Internacional de Lisboa “Portugal na Europa e no Mundo: 25 Anos de Política Externa e de Segurança”, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 6 de Dezembro de 2005;

70) “O Espaço Schengen e a sua evolução” no Ciclo de conferências “Europa – Os Horizontes do Século XXI”, organizado pelo Núcleo de Estudos de Ciências Políticas e Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, 28 de Novembro de 2005;

69) “As liberdades de circulação na União Europeia”, no Curso de Mestrado em Direito organizado pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, 14, 21 e 28 de Novembro de 2005;

68) “A transposição das directivas comunitárias e das decisões-quadro”, no Curso sobre “A Feitura das Leis”, organizado pelo INA, Oeiras, 7 a 18 de Novembro de 2005;

67) “Le système d’information Schengen” no 5.^{ème} Cours d’été “Droit et politique de l’immigration et de l’asile de l’Union européenne”, organizado pelo Réseau académique Odyssées d’études juridiques sur l’immigration et l’asile en Europe na Université Libre de Bruxelles, 13 de Julho de 2005;

66) “A Constituição Europeia” na Mesa Redonda sobre a Constituição Europeia organizada no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus da FCSH-UNL em 2 de Junho de 2005;

65) “O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa”, no Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus” organizado pela FCSH-UNL, Lisboa, 17 e 19 de Maio de 2005;

64) “A cooperação policial e judiciária em matéria penal na União Europeia”, no VII Seminário de Estudos Europeus organizado pelo gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 12 de Maio de 2005;

63) “Fondements de la coopération judiciaire en matière pénale”, no 1.º Seminário sobre “Coopération judiciaire internationale: nature et normes régissant cette coopération”, realizado no âmbito do Programa EuroMed Justice, Loures, 10 a 13 de Maio de 2005;

62) “A União Europeia, as suas instituições e o seu sistema de fontes do direito”, no Curso de Doutoramento e Mestrado organizado pelo Instituto Internacional Universitário do Brasil, Salvador, 18 a 20 de Março de 2005;

61) “A ordem jurídica comunitária”, no XX Curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus organizado pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 19 de Fevereiro e 4 de Março de 2005;

60) “O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras como elemento do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça”, no Programa Curricular de Direito Comunitário do 5.º Estágio Probatório do CIF adjuntos/SEF, Lisboa, 25 de Fevereiro de 2005;

59) “Regime jurídico da urbanização e da edificação”, no II Curso de preparação para o exame nacional de acesso à carreira de notário privado, organizado pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, 28 e 30 de Novembro de 2004;

58) “A transposição das directivas e das decisões-quadro”, no Curso sobre “A Feitura das Leis”, organizado pelo INA, Oeiras, 15 a 27 de Novembro de 2004;

57) “O espaço de liberdade, segurança e justiça no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa”, no XXIII Curso Normal de Formação de Magistrados, organizado pelo CEJ, Lisboa, 10 de Novembro de 2004;

56) “O direito aéreo da União Europeia” na Pós-graduação em Direito Aéreo e Espacial realizada na Faculdade de Direito da UNL no ano lectivo de 2004/2005, 4 de Novembro de 2004;

55) “A instituição de um Tribunal Constitucional em Cabo Verde”, na Conferência Internacional “Constitucionalismos e Práticas Constitucionais em Países Lusófonos”, organizada pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 4 a 9 de Novembro de 2004;

54) “A Justiça Constitucional da União Europeia”, no Colóquio Internacional sobre “Modelos de Justiça Constitucional – Experiências e Perspectivas”, realizado na Cidade da Praia em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2004;

53) “A política externa e de segurança comum da União Europeia”, no V Curso de Formação Diplomática da Universidade Lusíada de Lisboa, 23 e 25 de Junho de 2004;

52) “O regime jurídico da urbanização e da edificação”, no II Curso de preparação para o exame nacional de acesso à carreira de notário privado, organizado pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, 18, 21, 25 e 27 de Maio de 2004;

51) “Segurança e Justiça no Espaço Schengen”, no Seminário “O Mediterrâneo e o Médio Oriente: A Nova Agenda”, organizado pelo IEEI e pelo MNE em Lisboa em 19 de Maio de 2004;

50) “A Cooperação nos Domínios da Justiça e dos Assuntos Internos na União Europeia”, no VI Seminário de Estudos Europeus, organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 29 de Abril de 2004;

49) “O acesso dos cidadãos à justiça da União Europeia segundo o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa”, no Seminário “O Espaço Europeu de Justiça”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Europeu, Porto, 6 de Abril de 2004;

48) “Controlo jurisdicional e responsabilização democrática na União Europeia”, no Seminário “Direitos Humanos e Cidadania na Constituição Europeia”, organizado pela Amnistia Internacional, Leiria, 27 de Março de 2004;

47) “As organizações não-governamentais e os particulares perante os tribunais da União Europeia”, no Seminário “A Constituição Europeia e a Sociedade Civil”, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 27 de Janeiro de 2004;

46) “A União Europeia como Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, no XXII Curso Normal de Formação de Magistrados do CEJ, Lisboa, 11 de Dezembro de 2003;

45) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Seminário CEJ (Portugal) – ENM (França), “Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal”, (Lisboa, 26 a 28 de Novembro de 2003);

44) “A transposição das directivas comunitárias e das decisões-quadro”, no Curso sobre a Feitura das Leis, INA, Oeiras, 21 de Novembro de 2003;

43) “O contencioso comunitário e a protecção dos direitos do homem”, no Curso de Verão sobre Direito da União Europeia e Direito da Integração, organizado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 21 a 25 de Julho de 2003;

42) “As políticas comunitárias de imigração”, no Seminário “O Novo Regime Jurídico de Estrangeiros em Portugal”, organizado pelo CEJ em Setúbal, em 9 e 10 de Maio de 2003;

- 41) “A União Europeia e as suas políticas nos domínios da justiça e dos assuntos internos: acervo e perspectivas de futuro”, no Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 9 de Abril de 2003;
- 40) “A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados-Membros no Espaço Europeu de Justiça”, no Seminário “Segurança, Direitos e Justiça”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 14 de Fevereiro de 2003;
- 39) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Seminário CEJ (Portugal) – ENM (França), “Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal”, Lisboa, 3 a 6 de Dezembro de 2002;
- 38) “A transposição da directivas comunitárias e das decisões-quadro”, no Curso sobre a Feitura das Leis, INA, Oeiras, 22 de Novembro de 2002;
- 37) “Los fundamentos de la armonización de la protección internacional en el contexto del Tratado de Ámsterdam”, no Congreso Internacional “Alcance y Contenido de la Protección Internacional” organizado pela presidência espanhola do Conselho da União Europeia, Madrid, 8 e 9 de Janeiro de 2002;
- 36) “Justiça e Assuntos Internos na construção europeia – que futuro?”, no Curso de Formação de Inspector de nível 3 da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Lisboa, 20 de Dezembro de 2001;
- 35) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Seminário CEJ (Portugal) – ENM (França), “Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal”, Lisboa, 27 a 30 de Novembro de 2001;
- 34) “A luta contra o terrorismo ao nível da União Europeia”, na XIX Conferência Internacional de Lisboa, “Europa, América e Mediterrâneo. Identidade, Valores Fundamentais e Segurança nos post 11 de Setembro”, Lisboa, 8 e 9 de Novembro de 2001;
- 33) “O quadro institucional e decisório da União Europeia”, Curso organizado pelo INA na Direcção-Geral da Energia, Lisboa, 25 e 26 de Junho de 2001;
- 32) “Dos acordos de Schengen ao espaço de liberdade, segurança e justiça: a evolução da liberdade de circulação de pessoas na União Europeia”, no Seminário “A Integração Europeia e a Região”, organizado pela Norma-Açores, Ponta Delgada, 11 e 12 de Junho de 2001;
- 31) “O Tribunal de Justiça e as suas competências no espaço de liberdade, segurança e justiça”, Universidade Autónoma de Lisboa, 30 de Maio de 2005;

- 30) “A liberdade de circulação de pessoas e os acordos de Schengen”, no Curso de Pós-graduação em Direito da União Europeia, realizado na Universidade Autónoma de Lisboa, 15 e 21 de Março de 2001;
- 29) “A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça”, no Seminário sobre Cooperação Internacional em matéria penal, CEJ, Évora, 16 e 17 de Fevereiro de 2001;
- 28) “A política de imigração da União Europeia”, nas X Jornadas de Relações Internacionais – ISCSP, “União Europeia: futuro e cidadania”, Lisboa, 29 e 30 de Novembro de 2000;
- 27) “A Cooperação Europeia no âmbito da Justiça e Assuntos Internos”, no Congresso Comemorativo do X Aniversário da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, “Imigração e Sociedade”, Lisboa, 22 e 23 de Novembro de 2000;
- 26) “A função de fiscalização parlamentar em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: moções, resoluções, perguntas e inquéritos parlamentares” no Seminário Aspectos fundamentais da feitura das leis e do funcionamento do Parlamento, INA, Oeiras, 19 de Setembro de 2000;
- 25) “Em direcção a um procedimento comum de asilo na União Europeia?”, na Conferência Europeia sobre Asilo, organizada pela presidência portuguesa da União Europeia, Lisboa, 15 e 16 de Junho de 2000;
- 24) “A liberdade de circulação de pessoas e os acordos de Schengen”, no Curso de Pós-graduação em Direito da União Europeia, realizado na Universidade Autónoma de Lisboa, 14 e 28 de Maio de 2000;
- 23) “O inquérito parlamentar e os seus modelos constitucionais”, no Seminário Permanente para o Estudo do Estado e do Direito (SPEED), realizado na FDUNL em 25 de Novembro de 1999;
- 22) “O Conselho da União Europeia e o seu funcionamento após a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão”, no Seminário sobre a organização e o funcionamento das instituições europeias e a reforma institucional, INA, Oeiras, 13-14 de Maio de 1999;
- 21) “A liberdade de circulação de pessoas e os acordos de Schengen”, no Curso de Pós-graduação em Direito da União Europeia, realizado na Universidade Autónoma de Lisboa, 5 e 12 de Maio de 1999;
- 20) “A política de combate à droga na União Europeia”, no IX Workshop sobre Atitude/Comportamentos – Toxicodependência/Delinquência, organizado pelo Prosalis, Lisboa, 29 e 30 de Abril de 1999;

19) “O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no espaço de liberdade, segurança e justiça”, nas 1.ªs Jornadas de Direito Internacional organizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 14 e 15 de Janeiro de 1999;

18) “A integração de Schengen na União Europeia”, no Colóquio sobre os Direitos dos Cidadãos face aos Sistemas de Informação Policial”, organizado pela Autoridade de Controlo Comum de Schengen, Lisboa, 30 de Junho de 1998;

17) “A cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos e as suas relações com os Acordos de Schengen”, no Seminário sobre o Tratado da União Europeia: de Maastricht a Amesterdão”, INA, Oeiras, 2 a 6 de Março de 1998;

16) “La mise en oeuvre du protocole intégrant l’acquis de Schengen dans le cadre de l’Union européenne: règles et procédures”, no Colóquio internacional “Schengen’s Final Days? The Incorporation of Schengen into the New TEU”, Instituto Europeu de Administração Pública, Maastricht, 5 e 6 de Fevereiro de 1998;

15) “O Terceiro Pilar da União Europeia e a adesão dos Países da Europa Central e Oriental”, no Seminário sobre o Terceiro Pilar da União Europeia, INA, Oeiras, 24 a 26 de Novembro de 1997;

14) “A livre circulação de pessoas e os Acordos de Schengen” na Pós-Graduação em Direito da União Europeia, organizada pela Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 13 e 14 de Novembro de 1997;

13) “O Terceiro Pilar da União Europeia no Tratado de Amesterdão”, nas Jornadas de Informação e Discussão “De Maastricht a Amesterdão: o novo Tratado da União Europeia”, organizado pelo INA, Oeiras, 13 de Outubro de 1997;

12) “O alargamento do Espaço Schengen” no Seminário “O Tratado de Amesterdão e a Nova Agenda Europeia”, organizado pelo Centro de Informação Jacques Delors, Lisboa, 29 de Setembro de 1997;

11) “A presidência portuguesa da estrutura de concertação permanente dos Acordos de Schengen”, no Seminário de Cônsules organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 4 de Janeiro de 1997;

10) “A harmonização da política de asilo na União Europeia”, no Congresso Internacional “Refugiados: que futuro na Europa Pós-96”, Lisboa, 4 e 5 de Junho de 1996;

9) “O juiz comunitário perante os novos desafios em matéria de protecção de direitos fundamentais”, no Seminário Internacional “Direitos Humanos: a promessa do século XXI”, Universidade Portucalense, Porto, 6 a 8 de Março de 1996;

8) “As políticas europeias de imigração e o Acordo de Schengen”, no Seminário “A Integração Europeia e os Debates Pós-Maastricht” organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Sesimbra, 20 a 22 de Outubro de 1994;

- 7) “Parlamento Europeu: Génese e Evolução” no III Fórum Eleitoral da Comissão Nacional de Eleições, “Parlamento Europeu. Porquê Votar?”, Lisboa, 12 de Abril de 1994;
- 6) “A garantia dos direitos fundamentais face à União Europeia”, Seminário Internacional “Direitos, Liberdades e garantias”, Universidade Portucalense, Porto, 15 a 18 de Março de 1994;
- 5) “Cidadania Europeia, Direito Comunitário e Direito Nacional”, no Seminário Internacional “A Nova Ordem Internacional”, Universidade Portucalense, Porto, 6 e 7 de Maio de 1993;
- 4) “O recurso dos particulares aos tribunais comunitários”, no Seminário de Formação Complementar para o Pessoal dos Serviços Consulares e da Estrutura de Apoio à Comunidade Portuguesa na RFA, Albufeira, 23 de Novembro a 4 de Dezembro de 1992;
- 3) “Die Einflüsse des deutschen Verfassungsrechts auf das portugiesische Verfassungsrecht”, nas 2^{as} Jornadas Jurídicas Luso-Alemãs, Heidelberg, 20 e 21 de Novembro de 1992;
- 2) “La Revisión de los Tratados Europeos”, no Congreso sobre la Reforma Constitucional, organizado pela Diputación General e pelo Gobierno de La Rioja, Logroño, 27 a 30 de Abril de 1992;
- 1) “A Separação de Poderes na Constituição de 1976. Alguns Aspectos”, nas Jornadas de Direito Constitucional realizadas na Faculdade de Direito de Lisboa, em 17 e 18 de Abril de 1986;

2. Como comentador

- Joana Amaral Rodrigues, “As sanções (ou medidas restritivas) internacionais: enquadramento e questões jurídicas fundamentais”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 20 de novembro de 2013;
- Teresa Feixes, “El standard europeo en matéria de identidad sexual”, no seminário de doutoramento do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, em 17 de junho de 2013;
- Seminário de divulgação dos resultados do projeto *Family reunification – a barrier or facilitator of integration?*, organizado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, no Auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, Lisboa, em 1 de março de 2013;
- José Narciso da Cunha Rodrigues, “Cidadania europeia”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 5 de dezembro de 2012;

- Fernando Horta Tavares, “Controle externo da administração pública na Constituição brasileira”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 11 de abril de 2012;
- Maurício Ferreira da Cunha, “Juizados especiais: a resolução dos conflitos de pequenas causas no Brasil (teoria e prática), no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 16 de dezembro de 2011;
- Maurício Ferreira Cunha e Rosângelo Rodrigues de Miranda, “Magistratura brasileira e Estado de Direito: violência e fragilidade institucional”, no Espaço Público da Faculdade de Direito da UNL em 17 de Novembro de 2011;
- Teresa Maria da Silva Bravo, “A tutela dos particulares no espaço de liberdade, segurança e justiça: o caso do reenvio prejudicial de urgência”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 28 de Março de 2011;
- Gustavo Gramaxo Rozeira, “A iniciativa legislativa parlamentar” no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 10 de Novembro de 2009;
- Diogo de Figueiredo Moreira Neto, “O controlo judicial de políticas públicas” no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 25 de Maio de 2009;
- Maria Magdalena Kenig-Witkowska, “International Law of Environment” no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 27 de Abril de 2009;
- Isabel Camisão, “O Tratado de Lisboa e o funcionamento institucional da União Europeia”, colóquio realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL em 24 de Março de 2009;
- Ricardo de Gouvêa Pinto, “Constituição europeia e referendo: algumas questões” no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 3 de Abril de 2006;
- Jörg Monar, “European internal-external security nexus”, no Seminário “Political and Security Aspects of the EU’s External Relations – Enlargement and the EU Security Culture”, organizado pela Constructing Europe Network, Lisboa, 31 de Março e 1 de Abril de 2006;
- Constança Urbano de Sousa, “Imigração e Reagrupamento Familiar”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 8 de Março de 2004;
- Rosario Valpuesta, “Direito e Globalização”, no SPEED realizado na Faculdade de Direito da UNL em 27 de Outubro de 2003;
- Jean-Yves Carlier, “Le développement d’une politique commune en matière d’asile”, no 2.^{ème} Congrès européen des juristes spécialistes de la politique européenne d’asile et d’immigration, “L’émergence d’une politique européenne d’asile: Amsterdam, Tampere et l’avenir”, Lisboa, 15 e 16 de novembro de 2002;

3. Como moderador

- “Os novos desafios da globalização”, 4.^a sessão do VII Encontro de Professores de Direito Público, subordinado ao tema “Direito Público e Globalização”, na Faculdade de Direito da UNL em 24/25 de janeiro de 2014;
- “Direito, História e Lusofonia”, 5.^o tema do I Curso de Verão da Nova Direito, na Faculdade de Direito da UNL em 25 de julho de 2013;
- “Novos desafios para a constitucionalização do direito”, 6.^o painel do II Congresso Luso-Brasileiro de Direito, na Faculdade de Direito da UNL em 19 de julho de 2013;
- Sport’s specificity and FIFA regulatory power in the light of EU law, no Seminário permanente sobre o Estudo do Estado e do Direito, FDUNL em 17 de abril de 2013 (oradores: Profs. Ami Barav e Francisco Pereira Coutinho);
- Direito de imprensa e liberdade de expressão v. direito de resposta, 6.^o painel do I Congresso Luso-Brasileiro de Direito, realizado na Faculdade de Direito da UNL em 13 de fevereiro de 2013;
- Mesa redonda de apresentação das conclusões do XXV Congresso FIDE realizado em Tallin em 30 de maio e 1 de junho de 2012;
- “Carreira nas instituições europeias: oportunidades e estratégias”, apresentada pela Direção do Centro de Informação Europeu Jacques Delors no Espaço Público da Faculdade de Direito da UNL em 15 de dezembro de 2011;
- Conferência “Primeiro encontro de direito europeu”, organizada pela Associação Portuguesa de Direito Europeu e pela Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, Painel Responsabilidade civil extracontratual do Estado por violação do Direito da União, Auditório João Morais Leitão, Lisboa, 29 de Setembro de 2009
- Conferência Internacional “Which Integration Policies for Migrants? Interaction between the EU and its Member States”, organizada pela Université Libre de Bruxelles e pela Radboud Universiteit Nijmegen (painéis II. Integration processes in the Member States e III. Integration and access to nationality), Bruxelas, 28 e 29 de Outubro de 2010;
- I Ciclo de Conferências “A União Europeia e o Terrorismo Internacional”, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2 de Junho de 2010;
- Conferência Internacional “Fraude e Roubo de Identidade. A Logística do Crime Organizado”, organizado pelo Gabinete Coordenador de Segurança em Colaboração com o Conselho da Europa, Tomar, 7 a 9 de Novembro de 2007;

- Seminário Internacional “Os 50 Anos do Tratado de Roma: Balanço e Perspectivas”, organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, 9 de Maio de 2007;
- Seminário “Imigração, Diversidade e Multiculturalismo na futura Constituição Europeia”, organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 24 e 25 de Março de 2004;
- Colóquio Internacional sobre o Tratado Constitucional da União Europeia, organizado pela FDUNL em colaboração com a European Constitutional Law Network, Lisboa, 26 de Setembro de 2003;
- Colóquio “Schengen Still Going Strong: Evaluation and Update”, Instituto Europeu de Administração Pública, Maastricht, 4 e 5 de Fevereiro de 1999.

4. Como (co)organizador/(co)coordenador

- Curso de extensão universitária sobre Arbitragem em Direito Público: administrativa e tributária, Faculdade de Direito da UNL, de 10 a 16 de dezembro de 2012;
- Colóquio sobre a Lei-Quadro das Fundações, Faculdade de Direito da UNL em 3 de outubro de 2012;
 - Seminário regional da European Network on Free Movement of Workers, “1985-2010: 25 anos de liberdade de circulação de trabalhadores entre Portugal e Espanha no quadro da União Europeia”, Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, em 7 e 8 de Outubro de 2010;
 - Colóquio “O Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais”, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010;
 - ECSL (European Centre for Space Law) Summer Course on Space Law and Policy 2009, Faculdade de Direito da UNL, 31 de Agosto a 11 de Setembro de 2009;
 - Colóquio “50 Anos do Tratado de Roma”, Faculdade de Direito da UNL, 19 e 20 de Abril de 2007;
 - Colóquio “30 Anos da Constituição Portuguesa de 1976”, Faculdade de Direito da UNL, 4 e 5 de Abril de 2006;
 - Seminário “A Cooperação nos Domínios da Justiça e dos Assuntos Internos”, INA, Oeiras, 15 a 17 de Maio de 2000;
 - Seminário “Justiça e Assuntos Internos na União Europeia”, INA, Oeiras, 29 e 30 de Março de 1999;

- Seminário “Os processos de tomada de decisão na União Europeia”, INA, Oeiras, 8 a 12 de Abril de 1995;
- Seminário “Os processos de tomada de decisão na União Europeia”, INA, Oeiras, 8 a 12 de Abril de 1994;
- Seminário “O processo de tomada de decisão a nível comunitário”, INA, Oeiras, 7 a 11 de Novembro de 1993.

IX. ATIVIDADE EXTRA-UNIVERSITÁRIA

- Coordenador Nacional para os Assuntos da Livre Circulação de Pessoas no Espaço Europeu nomeado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 74/96 (publicado no *Diário da República* II Série n.º 165, de 18-7-1996) e representante do governo português no Comité de Altos Funcionários para a cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos do Conselho da União Europeia e no Grupo Central da estrutura de concertação permanente dos Acordos de Schengen (cuja presidência assegurou durante o primeiro semestre de 1997), de 1 de julho de 1996 a 31 de janeiro de 1999;
- Adjunto do membro português do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias e atual Tribunal Geral da União Europeia de 1 de outubro de 1995 a 30 de junho de 1996;
- Adjunto do Presidente do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias e atual Tribunal Geral da União Europeia de 1 de novembro de 1990 a 30 de setembro de 1995;
- Jurista linguista (de 1 de outubro de 1986 a 30 de abril de 1987) e jurista revisor (de 1 de maio de 1987 a 31 de outubro de 1990) no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias;